



Acolhimento de migrantes internacionais: hospitalidade e a dinâmica de inclusão e exclusão de bolivianos em São Paulo

Lucas Araujo de Oliveira Cintra¹

Sônia Regina Bastos²

Resumo: A população boliviana residente em São Paulo já representa o maior grupo não-nacional que vive legalmente na cidade. Apesar de ocupar o mesmo território que os paulistanos, essa comunidade ainda é alvo de simplificações e estereótipos que ressaltam a sua diferenciação da comunidade local. Frente a esse fenômeno, esta pesquisa objetiva compreender como se desenvolve a dinâmica do acolhimento desse grupo na cidade em questão, assumindo como perspectiva de análise a hospitalidade, entendida aqui como instituição política que gerencia a diferença latente no recém-chegado, assumindo a função de demarcar o limite do grupo enquanto possibilita a transposição para dentro do grupo anfitrião.

- 1 Universidade Anhembi Morumbi – Mooca – Brasil – laocintra@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1870-3850> – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9003543969580287>. Financiamentos: Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROSUP/CAPES) – Universidade Anhembi Morumbi.
- 2 Universidade Anhembi Morumbi – Mooca – Brasil – seniabastos@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9978-1836> – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9403222681503465>. Financiamentos: Processo n. 316425/2021-4 (CNPq) e do Instituto Ânima (Edital n. 38/2023).

Palavras-chave: Hospitalidade, Migração Boliviana, São Paulo, Acolhimento, Exclusão.

Reception of international migrants: Hospitality and the dynamics of inclusion and exclusion of Bolivians in São Paulo

Abstract: *The Bolivian population living in São Paulo already represents the largest non-national group living legally in the city. Despite occupying the same territory as the people of São Paulo, this community is still the target of simplifications and stereotypes that emphasize its differentiation from the local community. In light of this phenomenon, this research aims to understand how the dynamics of welcoming this group into the city in question develop, adopting as a perspective of analysis hospitality, understood here as a political institution that manages the latent difference in the newcomer, assuming the function of demarcating the group's limits while enabling the transposition into the host group.*

Keywords: *Hospitality, Bolivian Migration, São Paulo, Welcoming, Exclusion.*

Acogida de migrantes internacionales: Hospitalidad y las dinámicas de inclusión y exclusión de bolivianos en São Paulo

Resumen: La población boliviana residente en São Paulo ya representa el mayor grupo no nacional que vive legalmente en la ciudad. A pesar de ocupar el mismo territorio que el pueblo de São Paulo, esta comunidad todavía es objeto de simplificaciones y estereotipos que resaltan su diferenciación de la comunidad local. Ante este fenómeno, esta investigación pretende comprender cómo se desarrolla la dinámica de acogida de este grupo en la ciudad en cuestión, asumiendo como perspectiva analítica la hospitalidad, entendida aquí como una institución política que gestiona la diferencia latente en el recién llegado, asumiendo la función de demarcar el límite del grupo al tiempo que posibilita la transposición al grupo de acogida.

Palabras clave: Hospitalidad, Migración Boliviana, São Paulo, Acogida, Exclusión.

Introdução

Mesmo com o aumento do fluxo de bolivianos em direção à cidade de São Paulo ao longo dos últimos setenta anos — grupo que chegou a representar

mais de 20% dos migrantes internacionais que viviam em situação regular na cidade em 2019 (Pastrelo *et al.*, 2019) —, esse grupo ainda é alvo de estereótipos, como ser referido pelo trinômio “imigrante-escravo-ilegal” (Campos, 2009) ou representado pela imagem de alguém vitimado e/ou ingênuo, ou seja, formas que tratam essa população como um conjunto de indivíduos explorados (Viana e Araújo, 2019).

A preocupação com a localização dos sujeitos que participam da relação desenvolvida no processo de acolhida³, posicionando-os de forma que os limites que separam imigrantes e a sociedade de recepção sejam ressaltados, é uma característica do que se denomina aqui como Zona de Hospitalidade. Esse conceito abarca as diferentes formas discursivas e ritualizadas desenvolvidas para a manutenção das identidades que se relacionam, possibilitando uma aproximação que, ao mesmo tempo, destaca o limite entre os de dentro e os de fora. Tal dinâmica resulta em um movimento próprio de inclusão e exclusão, sempre balizado pela definição das condições para a aproximação.

É por meio do contingenciamento do discurso e de processos sociais de inclusão e exclusão do Outro, que se possibilita ao grupo anfitrião definir os marcadores da diferença (Laclau, 2005; Nicolau Netto, 2017). Esses processos permitem localizar o sujeito como membro-parte, *outsider*-excluído ou, ainda, como hóspede – coabitando o mesmo espaço, mas sem integrar a comunidade.

É nessa articulação discursiva entre um “nós” – os incluídos, os membros do grupo – e um “eles” – os excluídos, os *outsiders* – que reside o tensionamento da relação entre o anfitrião e o hóspede enquanto grupos distintos que coabitam o mesmo espaço (Bessone, 2011). As diferenças se estabelecem em uma relação assimétrica de poder (Pitt-Rivers, 2012), que condiciona aquele que é recebido às regras impostas pelo anfitrião (Benveniste, 1995; Boudou, 2012; 2017).

A autorização para entrar no país ou, até mesmo, a concessão do título de cidadão, não garantem, por si só, a plena aceitação e integração do migrante (Binet-Montandon, 2011). Além do limite físico e territorial dos lugares, existe outro, mais sutil, que se encontra nos valores, signos e símbolos que compõem a semiosfera local (Raffestin, 1997).

3 Neste trabalho, adota-se a distinção entre acolhimento e inclusão como marcadores das formas de estar no espaço da comunidade anfitriã. Enquanto estar ou não incluído refere-se à percepção do sujeito sobre fazer parte ou não da comunidade, acolher é a ação de permitir essa participação na comunidade. Além disso, diferencia-se acolhimento de recepção, partindo do pressuposto de que, no processo de acolhida, ocorre uma relação – seja de hospitalidade ou de hostilidade –, enquanto a recepção pode ser desenvolvida em um contexto de inospitalidade, quando um dos atores da cena não se interessa pela relação com seu interlocutor (Camargo, 2021).

A relação de hospitalidade, sendo essencialmente uma relação de encontro de alteridades, demarca o limite do grupo e define sua possibilidade de interação com o “de fora”. Essa interação ocorre com base em parâmetros, signos e linguagens próprios do grupo anfitrião, que tornam possível o condicionamento do outro e objetivam conter a estranheza que o recém-chegado carrega (Manzi e Tudoire-Surlapierre, 2011).

Diferente de outras abordagens que privilegiam a análise a partir do viés socioeconômico ou jurídico, esta pesquisa investiga a dinâmica discursiva e simbólica que regula a inclusão e exclusão dos migrantes, evidenciando como a hospitalidade opera não apenas como um gesto de recepção, mas também como um mecanismo de controle e contenção. Ao problematizar a relação assimétrica entre anfitrião e hóspede, o estudo contribui para uma compreensão mais ampla dos processos de pertencimento e de marginalização que atravessam a vivência migratória.

A formulação da “Zona de Hospitalidade” como um espaço liminar, onde o migrante é acolhido e simultaneamente mantido à margem, amplia as possibilidades analíticas da hospitalidade e dos estudos migratórios ao demonstrar como os processos de exclusão e inclusão não são apenas estruturais, mas também simbólicos e discursivos. Além disso, a pesquisa evidencia como a identidade do migrante boliviano em São Paulo é atravessada por estereótipos e por uma relação ambígua com a sociedade receptora, o que reforça a necessidade de abordagens que contemplem tanto as dimensões materiais quanto as simbólicas da experiência migratória.

Após a discussão da hospitalidade a partir de uma perspectiva política e a apresentação do conceito de “Zona de Hospitalidade”, é necessário que se contextualize a presença boliviana em São Paulo, destacando seu crescimento histórico e as dificuldades enfrentadas por essa população. Na seção metodológica, apresenta-se o objetivo desta pesquisa, que é, sumariamente, compreender a dinâmica de acolhimento vivenciada por bolivianos na cidade de São Paulo. Para alcançar esse objetivo, este trabalho, qualitativo (Flick, 2009) e exploratório (Gil, 2007), recorre à análise de conteúdo de tipo temático-categorial (Ayress, 2008; Bardin, 2016), além de se apoiar na Revisão Narrativa da Literatura (Rother, 2007) para o desenvolvimento da investigação e a interpretação dos resultados obtidos.

A conclusão do estudo demonstra a relação entre a exclusão percebida pelo grupo boliviano, a fragilidade da inclusão relatada e a noção de Zona de Hospitalidade, indicando que o migrante boliviano tende a habitar uma margem simbólica dentro da comunidade de recepção. A Zona de Hospitalidade surge,

assim, como um território intermediário onde o migrante, mesmo estando presente no território anfitrião, é constantemente submetido a provas e condições. Essa dinâmica destaca a paradoxalidade inerente à figura do estrangeiro (Simmel, 1985) e à relação que se estabelece com o recém-chegado.

O processo de controle, explicitado por meio do ritual de hospitalidade e localizado naquilo que aqui se denomina Zona de Hospitalidade, reforça a violência simbólica vivenciada pelo *outsider* em sua tentativa de ser percebido como incluído.

1. Hospitalidade a partir de uma perspectiva política: o lugar do migrante

A hospitalidade organiza-se em torno da relação estabelecida entre dois personagens: o anfitrião – aquele que recebe o de fora, exerce poder sobre o território no qual está inserido e chega a personificá-lo (Benveniste, 1995); e o hóspede – aquele que é recebido dentro do território do anfitrião e que, ao adentrar nesse espaço, aceita as condições para o estabelecimento da relação (Grassi, 2011a; 2011b). A forma e a própria possibilidade de inclusão desse forasteiro são definidas a partir da perspectiva do anfitrião no contato com o hóspede e do entendimento que o recém-chegado possui sobre as leis não escritas da comunidade de recepção (Manzi e Tудоire-Surlapierre, 2011; Bessone, 2011).

A acolhida ocorre na medida em que o migrante reconhece os signos e símbolos – a semiosfera – com os quais e por meio dos quais o anfitrião se expressa. O contato ritualizado que se desenvolve impõe condições para que o acolhimento do hóspede aconteça, objetivando conter a estranheza do recém-chegado (Grassi, 2011a; Manzi e Tудоire-Surlapierre, 2011). Dessa forma, a hospitalidade evoca um tempo e um espaço próprios para o desenvolvimento da relação (Grassi, 2011a).

O ritual empreendido opera no sentido de construir um espaço que mascara a desconfiança latente entre os personagens. É nesse momento que o recém-chegado, ainda desconhecido pela comunidade, precisa ser avaliado e classificado como estrangeiro hostil ou como bom hóspede.

É a diferença entre as duas identidades que se relacionam, assim como a possibilidade de duvidar desse recém-chegado – apreendido como Outro, um estranho específico em sua diferença, numa experiência de alteridade –, que torna viável a hospitalidade. É a estranheza desse outro, desse estrangeiro, que se busca gerir na relação (Manzi e Tудоire-Surlapierre, 2011). Dessa forma, o conflito entre duas posições diferentes, duas identidades antagônicas, quando regulado e contido, constitui a própria prática da hospitalidade (Carvalho, 2015).

A necessidade percebida de conter a estranheza que o recém-chegado carrega coloca, por sua vez, em suspenso o espaço e o tempo comuns. Esses territórios, próprios da comunidade, são locais de diferenciação, caracterizados por sua língua, seus sentidos e símbolos, que a tornam distinta das demais e a unem enquanto grupo.

A questão política é inerente à hospitalidade, pois a definição das identidades dos personagens da relação – o anfitrião e o hóspede – funciona como marcador das posições de poder e *status* (Benveniste, 1995; Grassi, 2011b; Boudou, 2012; 2013; Pitt-Rivers, 2012). A relação estabelecida com o outro impõe uma jurisdição – composta por regras do ritual e leis não escritas – que é evocada no momento em que anfitrião e hóspede assumem seus papéis. Esses papéis já são previamente definidos pelas identidades de cada ator: o anfitrião será sempre o senhor do hóspede, o déspota, *domus* do território, encarnação da identidade da comunidade (Benveniste, 1995). O recém-chegado, por sua vez, será sempre o estranho, o diferente, aquele que obedece às regras da casa para, então, ser acolhido (Grassi, 2011a; 2011b; Manzi e Tudoire-Surlapierre, 2011).

A relação de hospitalidade, portanto, configura-se como uma dinâmica que objetiva a contenção da violência latente presente tanto no anfitrião quanto no hóspede. Essa violência, embora jamais eliminada, é colocada em suspenso no momento em que se inicia o ritual de hospitalidade (Grassi, 2011b; Pitt-Rivers, 2012). Enquanto esse ritual suspende o tempo e o espaço comuns (Grassi, 2011a; 2011b), cria-se um terceiro território, reservado exclusivamente ao hóspede e ao anfitrião enquanto atores dessa relação.

A suspensão do espaço e do tempo para o desenvolvimento do ritual de hospitalidade reflete a necessidade de impedir ou, ao menos, minimizar a “contaminação” do espaço do grupo anfitrião pela estrangeirice daquele que não partilha dos mesmos hábitos da comunidade (Grassi, 2011b; Manzi e Tudoire-Surlapierre, 2011).

Esse espaço reservado ao hóspede não necessariamente coincide com as fronteiras materiais do território, já que o verdadeiro limite está na semiosfera compartilhada pelos anfitriões, que define os limites da (im)possibilidade de comunicação entre o exterior e o interior da comunidade (Raffestin, 1997; Besone, 2011). A impossibilidade de comunicação sem fronteiras, sem tradução, é explicada pela criação de signos e códigos próprios da comunidade, utilizados pelo grupo anfitrião para interpretar a realidade a partir de sua vivência e do seu entendimento comunitário.

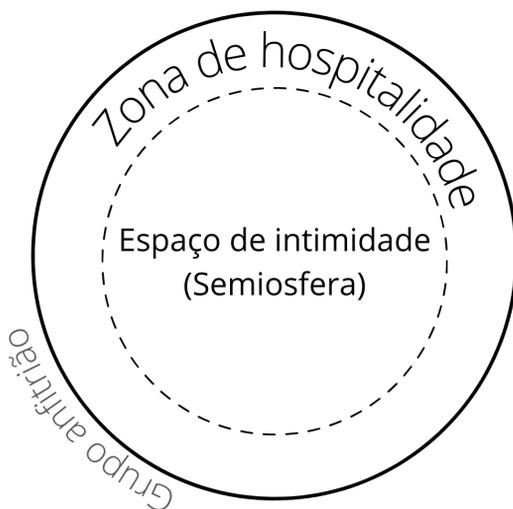
A semiosfera, nesse contexto, configura-se como um limite invisível e imaterial, que pode tanto facilitar quanto dificultar a inserção do recém-chegado.

O hóspede, figura intrinsecamente ambígua por representar, a princípio, tanto o bandido quanto o bom hóspede, destina-se a habitar o espaço intermediário entre o “dentro” e o “fora” da comunidade em que chega: a zona relacional criada e estruturada pelas leis não escritas que regem o ritual de hospitalidade. Sua ambiguidade inicial faz com que seja direcionado a essa zona de hospitalidade, onde a ameaça que ele representa – percebida pela comunidade de recepção – pode ser contida.

É nessa zona de hospitalidade que se abre a possibilidade de uma relação entre o anfitrião e o hóspede, este recém-chegado que já está dentro dos limites materiais do território, mas que, por sua vez, permanece afastado do espaço de intimidade da comunidade. Este espaço de intimidade é composto pelos códigos próprios que fundam e sustentam a identidade do grupo anfitrião, definindo, assim, os limites da comunidade imaginada (Anderson, 2008). A comunidade, por sua vez, é o espaço que diferencia sua identidade das demais, tornando o grupo uma entidade distinta das outras – separada delas, mas internamente unida – e regida por regras e rituais específicos, que são suspensos na zona de hospitalidade.

Esse aspecto conceitual do processo de acolhimento e exclusão – acolhimento porque já permitiu a entrada do hóspede no território do grupo anfitrião, mas exclusão porque o mantém fora da semiosfera, o espaço de identidade e intimidade – é inerente ao *interregnum* constituído no ritual de hospitalidade e está representado no diagrama da Figura 1:

Figura 1 – Zona de Hospitalidade como território de contenção



2. Imigração boliviana para São Paulo: um breve panorama

Entre os anos de 1930 e 1970, o Estado de São Paulo, especialmente sua capital, passa por um rápido processo de industrialização, superando grandes polos urbanos industriais já estabelecidos no país, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro (Mamigonian, 1976; Baeninger, 2005). Durante esse período, a cidade de São Paulo experimenta seu primeiro *boom* populacional, passando de 579.033 habitantes em 1920 para 1.326.261 em 1940 (Bastos, 2013), consolidando-se como um importante destino para diversos grupos migrantes.

Na década de 1950, São Paulo se firma como um dos principais centros de imigração boliviana, em grande parte devido à instauração de um programa de intercâmbio cultural entre os dois países. Esse programa atraiu, sobretudo, jovens estudantes e profissionais liberais, que, possuindo formação superior e técnica, optavam por permanecer no Brasil em razão de um mercado em rápida expansão (Silva, 1997).

É, contudo, nos anos 1980 que a presença boliviana na capital paulista ganha maior destaque. Com a queda das *commodities* no final da década de 1970, a América Latina como um todo enfrentou um grave declínio econômico, registrando uma taxa média de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de aproximadamente 1% (Maddison, 2001, *apud* Cunha, 2004). A situação boliviana, entretanto, era ainda mais crítica: a mesma taxa no país foi de apenas 0,17%.

Essa crise econômica, somada a uma severa crise política no mesmo período – durante o qual a Bolívia teve, entre 1978 e 1982, sete governos militares e dois governos civis (Antelo, 2000) –, criou um cenário de desestímulo interno e intensificou os fluxos de emigração para destinos históricos. Esses fluxos se dirigiram tanto para países da região, como Argentina, Brasil e Peru, quanto para a América do Norte.

O perfil do imigrante boliviano que chega ao Brasil nesse período apresenta características distintas daquelas dos imigrantes anteriores. Enquanto nas décadas de 1950 e 1960 os imigrantes eram majoritariamente estudantes e profissionais liberais, nas décadas de 1980 e 1990, predominam trabalhadores de mão de obra não ou pouco qualificada. Essa população era formada, em sua maioria, por homens (74,2%), com idade entre 20 e 40 anos, e oriunda, predominantemente, do departamento de La Paz (Silva, 1997).

Ainda assim, a obtenção de dados precisos para traçar um perfil demográfico dessa população enfrenta desafios significativos. Entre os principais motivos está o alto número de migrantes que chegaram à cidade de São Paulo sem

validação formal do Estado. Isso gera divergências entre diferentes fontes disponíveis, como os registros do Consulado Boliviano na capital paulista e os da Polícia Federal⁴.

Com a adoção do Consenso de Washington em 1989, promovido por agências financiadoras internacionais para impor condições de reestruturação econômica aos países devedores, diversos sistemas produtivos, incluindo os latino-americanos, passaram por profundas revisões. O objetivo dessas medidas era reduzir os gastos públicos, reforçar uma democracia representativa liberal e promover privatizações. No entanto, essas reformas impactaram severamente a capacidade de investimento estatal nos países da região, prejudicando sua competitividade e integração à economia globalizada (Rangel e Garmendia, 2012).

Enquanto isso, os países desenvolvidos e industrializados, com maior acesso ao crédito internacional, mantiveram sua hegemonia no comércio global. Eles inundaram os mercados internos dos países latino-americanos com produtos importados, intensificando a pressão sobre a economia local e ampliando a demanda por mão de obra cada vez mais barata (Béjar, 2004).

É nesse cenário político e econômico conturbado – com o Brasil recém-retornado à democracia, mas enfrentando um período hiperinflacionário entre 1985 e 1995 – que as figuras do trabalhador autônomo, do microempresário e do trabalhador informal se consolidam no mercado brasileiro (Nóbrega, 2008). A cidade de São Paulo, já reconhecida como o coração econômico do país, reflete essa dinâmica, recebendo uma crescente mão de obra imigrante, especialmente de países limítrofes, como a Bolívia. Muitos bolivianos chegavam à cidade com a promessa de estadia e emprego em oficinas de costura (Silva, 1997).

O aliciamento desses trabalhadores era frequentemente realizado ainda na Bolívia, muitas vezes sem que soubessem das dívidas exorbitantes que contraíam, tanto com o transporte quanto com a estadia, que geralmente se confundia com o ambiente de trabalho (Silva, 2006; Xavier, 2010). Além disso, o medo da deportação devido à permanência irregular era amplamente explorado pelos patrões, que reforçavam essa ameaça para evitar que os trabalhadores abandonassem as confecções.

Com uma presença majoritária no setor de confecção desde a década de 1970 (Silva, 1997), é entre os anos 1980 e 1990 que o segmento passa a assumir

4 O Consulado Boliviano, por exemplo, estima cerca de 80 mil imigrantes bolivianos nessa situação de não validação formal do Estado, enquanto a Pastoral do Migrante afirma serem cerca de 100 mil (Cymbalista e Xavier, 2007). De acordo com os dados disponíveis pelo Sistema de Registro Nacional Migratório (SESMIGRA) de dezembro de 2024, eram 96.336 migrantes residentes no estado de São Paulo (SESMIGRA, 2024).

um caráter predominantemente étnico (Freitas, 2012). Nesse contexto, grande parte dos trabalhadores e proprietários das oficinas de costura era composta por imigrantes bolivianos, consolidando o papel dessa comunidade no mercado informal da cidade.

A presença massiva de bolivianos no setor têxtil ganhou destaque nas manchetes no final da década de 1990 e início dos anos 2000, devido às inúmeras violações de direitos humanos e trabalhistas (Nóbrega, 2008). Essa visibilidade negativa contribuiu para a criação e o reforço de um estereótipo da comunidade boliviana em São Paulo, caracterizado pelo trinômio “imigrante-escravo-ilegal”, conforme apontado por Campos (2009). Além disso, a reprodução desse discurso estereotipado pelos paulistas associa-se à figura do boliviano indígena, frequentemente utilizada de forma pejorativa (Simai e Baeninger, 2011).

Nesse contexto, associações culturais organizadas por migrantes bolivianos em São Paulo passaram a desempenhar um papel fundamental no combate a esses estereótipos, promovendo a valorização e a disseminação da cultura boliviana. Entre essas entidades destacam-se a Associação Cultural Folclórica Brasil-Bolívia e a Fraternidade Salay Bolívia, que promovem festividades religiosas, como as celebrações das Virgens de Copacabana e Urkupiña, além das tradicionais morenadas durante o Carnaval. Essas iniciativas também incluem feiras gastronômicas e de artesanato, como as realizadas na Praça Kantuta e na feira de produtos latino-americanos no bairro do Brás.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa configura-se como qualitativa (Flick, 2009; Gil, 2007) e exploratória (Gil, 2010), com o objetivo de compreender o complexo fenômeno do acolhimento de imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, ampliando o conhecimento sobre essa realidade. Para isso, adota-se a Revisão Narrativa da Literatura como recurso metodológico, buscando compreender o processo de acolhimento do migrante internacional em contato com a sociedade receptora e associando esse processo ao ritual de hospitalidade.

A Revisão Narrativa da Literatura tem como característica operar por meio de uma síntese qualitativa, abordando problemáticas amplas – como no caso desta pesquisa –, sem predeterminar o processo de escolha ou análise das fontes adotadas (Rother, 2007). Para a realização desta etapa, foram selecionados livros e artigos de referência na área da hospitalidade, que exploram as temáticas de hospitalidade, acolhimento, exclusão e inclusão. Além disso, foram

realizadas buscas em indexadores acadêmicos como *Google Scholar*, *Web of Science*, *Cairn International Edition*, *Scopus* e *EBSCO Information Services*.

Devido à natureza flexível da Revisão Narrativa da Literatura, o desenvolvimento desta etapa não foi fixado *a priori*. Assim, os próprios achados teóricos encontrados ao longo do processo guiaram as buscas e o aprofundamento nas temáticas trabalhadas e mencionadas acima.

3.1 Definição da fonte de dados: seleção de banco de entrevistas

Optou-se, nesta pesquisa, pela utilização das entrevistas já realizadas pela equipe de História Oral do Museu do Imigrante. Essa escolha justifica-se pela possibilidade de trabalhar com relatos de experiências de acolhimento e inclusão registrados ao longo de um arco temporal mais amplo do que aqueles possibilitados por uma pesquisa de mestrado ou mesmo de doutorado, o que permite investigar as percepções sobre esses processos em períodos históricos variados. Essa abordagem amplia a capacidade de análise, ao contemplar mudanças, continuidades e nuances nas experiências relatadas pelos participantes.

A diversidade de percepções sobre uma mesma experiência dentro de um mesmo grupo e no mesmo *locus* – no caso, imigrantes bolivianos em São Paulo – oferece um *corpus* de análise rico e multifacetado. Isso possibilita compreender como esses sujeitos perceberam, em diferentes momentos, a criação ou a ausência de relações com a comunidade anfitriã, iluminando aspectos que podem não ser observados em estudos com abordagens temporais mais restritas.

Além disso, destaca-se a importância dos acervos de entrevistas preservados em arquivos e centros de documentação no contexto da pesquisa acadêmica. Esses materiais, frequentemente subaproveitados, fornecem relatos que capturam experiências vividas e relatadas em diferentes momentos históricos, contribuindo com *insights* valiosos para a análise de processos contínuos, como os de acolhimento e inclusão.

O acervo de História Oral integra um banco de acesso aberto mantido pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo, anteriormente conhecido como Hospedaria de Imigrantes (1887-1978). Esse acervo é reconhecido como o maior repositório de objetos e histórias de vida de migrantes nacionais e internacionais no Brasil e tem sido amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas (Acervo de História Oral da Biblioteca Online do Museu da Imigração, s.d.).

O acervo reúne, além de relatos pessoais, uma vasta documentação sobre as populações que passaram pela antiga Hospedaria de Imigrantes. Também promove projetos voltados ao registro e à disseminação das histórias de vida desses

migrantes em São Paulo, contribuindo significativamente para o entendimento das dinâmicas de acolhimento e inclusão na cidade.

O acervo de História Oral disponibilizado pela instituição inclui entrevistas realizadas desde 1993 com imigrantes e seus descendentes. A escolha desse acervo justifica-se pelo reconhecimento do potencial da História Oral para captar uma ampla gama de condições vivenciadas pelos sujeitos ao longo de suas histórias de vida. Esse método é particularmente eficaz para compreender as experiências de acolhimento e inclusão vividas por esses indivíduos durante suas trajetórias como migrantes internacionais no Brasil, especialmente considerando sua origem em um país marginalizado do Sul Global.

A seleção das entrevistas foi realizada por meio de busca avançada em todos os materiais disponíveis na seção História Oral da Biblioteca Online do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Foram utilizados os termos “bolívia”, “boliviano(s)”, “boliviana(s)” e “boliv*”, pesquisados separadamente. Essas buscas resultaram em 16 documentos, dos quais quatro foram descartados: três por serem transcrições de entrevistas realizadas com migrantes de outros países (Colômbia, Peru e Taiwan) e um por estar corrompido. Assim, 12 documentos foram considerados pertinentes à pesquisa.

No Quadro 1, estão sequenciados os nomes dos entrevistados, as datas de chegada ao Brasil e as datas de realização das entrevistas, compondo o *corpus* de análise desta investigação:

Quadro 1 – Identificação dos entrevistados, datas de chegada ao Brasil e de realização das entrevistas

Nome	Data de chegada ao Brasil	Data da entrevista
Rudecindo Marupa	2012	2014
Samuel Añez	2009	2015
Sonia Samiento	2008	2015
Jobana Rodrigues	2007	2016
Mônica Ulo	2004	2014
Carla Lipa	2001	2015
Ronald Soto	1997	2020
Antônio Andrade	1990	2012
Verônica Yujra	1987	2016
Patrícia Torrez	1984	2015
Jaime Brites	1979	2012
José Yujra	1973	2007

Fonte: Cintra, 2024.

3.2 Análise de conteúdo temático-categorial: definição de etapas e construção das categorias

Esta pesquisa utiliza a análise de conteúdo (AC) de tipo temático-categorial para o desenvolvimento da investigação. Esse método envolve a adoção de códigos e categorias fundamentadas teoricamente para analisar os documentos selecionados, estruturando as unidades de registro a partir da apreensão dos temas sobre os quais se baseiam (Oliveira, 2008). A análise de conteúdo consiste em esquematizar o processo de coleta e análise dos materiais investigados, com o objetivo de compreender, nos documentos, o conteúdo das mensagens transmitidas (Franco, 2005; Bardin, 2016).

Nesta pesquisa, assume-se como unidade de registro o tema, que, segundo Bardin (2016: 134), é “a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização”. O tema refere-se ao recorte realizado no texto que possibilita a análise do seu significado com base na fundamentação teórica previamente estabelecida. Nesse sentido, identificar o tema de uma frase ou parágrafo significa identificar o núcleo de sentido (Bardin, 2016: 135) presente no conteúdo, cuja análise é realizada a partir da intenção atribuída por aquele que fala ou escreve no contexto específico.

Além disso, Bardin (2016) enfatiza a importância de identificar a unidade de contexto, que é o elemento responsável por proporcionar sentido à unidade de registro dentro do conjunto do conteúdo analisado. No caso desta pesquisa, a unidade de contexto é definida como a entrevista da qual o segmento temático foi retirado, permitindo uma análise integrada e contextualizada do significado presente nos relatos.

Ao identificar o tema como unidade de registro e a entrevista como unidade de contexto, o próximo passo, conforme Bardin (2016), é a definição das categorias para o reagrupamento dos temas extraídos do texto por meio da codificação. Segundo Bardin, “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (Bardin, 2016: 147). Nesta pesquisa, fundamentada na abordagem do autor, adota-se como critério de categorização a semântica do conteúdo, que direciona a análise ao indicar o tema central sobre o qual o entrevistado dedica sua fala.

Considerando que esta pesquisa não participou do desenvolvimento dos projetos nos quais as entrevistas estão inseridas, tampouco da definição dos roteiros utilizados para sua execução, justifica-se a adoção de uma categorização *a*

posteriori. Esse tipo de categorização, definida após a análise inicial, é orientada tanto pelo referencial teórico quanto pelo problema de pesquisa, ambos fundamentais para guiar a investigação (Bauer e Aarts, 2003).

Desse modo, tendo como referencial teórico a Hospitalidade como ponto de partida para a interpretação das entrevistas selecionadas, as categorias *a posteriori* foram definidas a partir da classificação e do agrupamento progressivo dos temas identificados ao longo do processo de análise.

4. Apresentação e discussão de resultados: a complexidade da experiência migrante

Com base em uma perspectiva política para a hospitalidade, conforme definida anteriormente, esta pesquisa analisou entrevistas de 12 bolivianos migrantes internacionais que chegaram à cidade de São Paulo e vivenciaram, nessa capital, a condição de estrangeiridade. Nas palavras do entrevistado Samuel Añez (entrevistado em 2015), “ser imigrante é ser conhecido e um eterno desconhecido ao mesmo tempo”, uma frase que exemplifica percepções semelhantes encontradas em todas as entrevistas analisadas. Simmel (1985) já apontava para a paradoxalidade que caracteriza a figura do estrangeiro – e, por extensão, a do hóspede (Grassi, 2011) –, tornando-o alvo de medo e curiosidade simultaneamente por parte da comunidade na qual está inserido, mas da qual não pertence plenamente.

A adoção da técnica de análise de conteúdo temático-categorial, com a construção de categorias *a posteriori*, permitiu uma compreensão mais aprofundada das experiências vivenciadas por essa população. As categorias identificadas (unidades de registro) foram selecionadas manualmente, com a extração de trechos das entrevistas (unidades de contexto) e a aplicação de códigos para cada unidade de registro, de acordo com o referencial teórico previamente apresentado.

A codificação resultou em *inclusão* (INC), *exclusão* (EXC), *acolhimento dado* (ACD) e *acolhimento recebido* (ACR). Codificadas, as categorias retornaram 123 ocorrências, divididas em: INC – 22 ocorrências; EXC – 78 ocorrências; ACD – 13 ocorrências e; ACR – 10 ocorrências, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – *Categorias apreendidas a posteriori e a quantidade de ocorrências*

CATEGORIA	OCORRÊNCIAS	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIAS
Inclusão (INC)	22	Dinâmicas em que o sujeito experiêcia uma situação em que <i>sua identidade como parte do grupo é reafirmada</i> .	Raffestin (1997); Woodward (2007); Bessone (2011); Manzi e Toudoire-Surlapierre (2011); Puaud (2019); Dartiguenave (2021)
Exclusão (EXC)	78	Dinâmicas em que o entrevistado experiêcia uma situação em que <i>sua identidade é colocada como não pertencente ao grupo</i> , como diferente.	Raffestin (1997); Sawaia (2001); Woodward (2007); Bessone (2011); Manzi e Toudoire-Surlapierre (2011); Galloro (2016); Dartiguenave (2021)
Acolhimento dado (ACD)	13	<i>O entrevistado permite a passagem do outro para um espaço em que ele considera ser seu; é a ação empreendida pelo entrevistado e reforça sua posição percebida como domus.</i>	Carvalho (2014); Janner-Raimondi (2016)
Acolhimento recebido (ACR)	10	A ação do acolhimento é direcionada ao entrevistado, reforçando sua não pertença ao grupo no qual é acolhido.	Carvalho (2014); Janner-Raimondi (2016)

Fonte: Cintra, 2024.

Ainda assim, outras questões levantadas pelos sujeitos entrevistados também contribuíram como *insights* para a compreensão das experiências vivenciadas, das relações desenvolvidas e da percepção de como essa população – muitas vezes tratada de maneira homogênea pelos brasileiros (Simai e Baeninger, 2011) – compreende e lida com suas próprias fronteiras. Embora esses *insights* não tenham se consolidado como categorias formais, eles auxiliam na interpretação das experiências relatadas ao longo das entrevistas analisadas.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das categorias apreendidas em cada entrevista. Destaca-se a predominância da categoria *exclusão*, cuja discussão será aprofundada mais adiante, e sua presença em todas as entrevistas analisadas, representando 63,4% dos trechos destacados no conjunto das entrevistas.

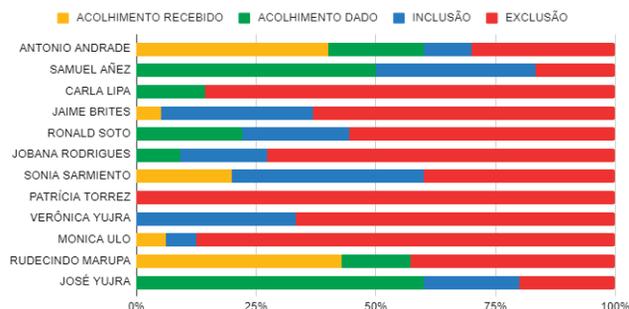
É importante notar que *exclusão* é a única categoria presente em todas as entrevistas, evidenciando um sentimento uníssono na comunidade em relação às experiências vivenciadas.

Esse dado ressalta a marcação constante do estrangeiro – mesmo quando este já não é oficialmente estrangeiro ou chegou ao Brasil ainda na primeira infância – como alguém que não pertence plenamente ao grupo. A exclusão, como revela a categoria homônima, aparece de maneira recorrente e infelizmente constitui uma característica central nos relatos analisados, reafirmando a condição de “não pertencimento” que permeia a experiência migrante.

A segunda categoria mais presente nos relatos é *inclusão*, representando 17,9% dos temas categorizados. Como discutido anteriormente, inclusão e exclusão fazem parte do mesmo processo de hospitalidade e da construção da relação que se estabelece. O hóspede é acolhido no grupo, mas sua presença é negada no círculo íntimo da comunidade autóctone, na semiosfera. Bessone (2011) ressalta essa ambiguidade, evidenciada na permissão de passagem do hóspede e na relação construída a partir disso. A autora aponta para um acolhimento que, ao permitir a entrada de alguns, nega a de outros e, mesmo àqueles que são admitidos, delimita seus espaços de acordo com o lugar discursivo que lhes é atribuído.

As categorias *acolhimento dado* e *acolhimento recebido* correspondem, respectivamente, a 10,6% e 8,1% dos trechos categorizados nas entrevistas analisadas. Embora menos frequentes na distribuição das categorias, elas oferecem *insights* significativos sobre como os sujeitos se percebem e são percebidos. Poder oferecer acolhimento é uma condição atribuída ao anfitrião, aquele que pertence ao grupo e se posiciona como senhor do espaço. Nesse sentido, dar acolhimento significa assumir uma posição ativa e de autoridade. Por outro lado, receber acolhimento pressupõe depender da permissão de outrem para adentrar, necessitando que essa abertura seja concedida pelo anfitrião.

Gráfico 1 – Distribuição das categorias apreendidas nas entrevistas



O fenômeno da hospitalidade incorpora a paradoxalidade como um elemento essencial: está “dentro” enquanto permanece “fora”, próximo – ao mesmo tempo que distante; é amigo e inimigo, sustentando-se no medo da aproximação e na curiosidade pelo desconhecido. Nesse sentido, inclusão e exclusão se revelam como aspectos distintos, mas interdependentes, que variam conforme a percepção do sujeito, sua localização no grupo e sua relação com o grupo no qual e sobre o qual ele fala.

A inclusão, nesse contexto, ocorre a partir do condicionamento do outro, para que este “se ajuste” ao grupo, evitando tornar-se um incômodo ou uma perturbação no espaço do anfitrião:

Então, eu tenho várias lembranças, mas a maioria das minhas lembranças, principalmente na escola, são muito boas, muito boas porque eu acho que *naquela época ainda o nosso número não era tão grande a ponto de incomodar os demais colegas ou até os professores* (Verônica Yujra, 2016, grifo nosso).

Aqui, naturaliza-se a relação amplamente descrita na literatura: o acolhimento, entendido como convite e permissão para permanecer, ocorre na medida em que o diferente não representa uma ameaça ou incômodo. A estranheza, por si só, não constitui um problema; a dificuldade em aceitá-la surge quando essa diferença tem o potencial de ameaçar o grupo, abalar sua identidade ou distorcer aquilo que é percebido como bom, como o padrão.

Nesse contexto, o relato de Carla Lipa (2015) ilustra essa dinâmica. Tendo chegado ao Brasil ainda muito jovem e cursado todo o ciclo educacional na cidade de São Paulo, sua identidade boliviana não foi reconhecida pelos colegas de classe, que a identificavam como japonesa devido à sua pele mais clara:

[...] até o primeiro ano do ensino médio, eu fui a única estrangeira na sala dessa escola. Porque eu terminei nessa escola toda, eu fiz o ensino fundamental e o ensino médio. Então eu sempre fui a única, mas só descobriram na 7ª série. Eles achavam que eu era brasileira ou japonesa.

Mesmo relatando esse tipo de experiência – identificada aqui como uma forma de exclusão praticada pela comunidade paulistana no ambiente escolar –, Carla Lipa (entrevistada em 2015) também destaca dificuldades em seu relacionamento com outros imigrantes bolivianos:

Tentei me enturmar, só que eu vi que eles se fechavam em grupos deles mesmos. Então eles falavam “se você vai entrar no nosso grupo você não tem que falar com os brasileiros”, enfim, e eu falava “mas por quê, né?” [e

eles respondiam] “É porque eles são maus, eles tiram nosso dinheiro”, mas não é assim.

O processo de acolhimento do “diferente” no grupo ocorre à medida que esse é enquadrado em significados já presentes no repertório e que lhe são familiares. Ser identificada como japonesa pela comunidade brasileira com a qual se relacionava pode ter contribuído para um melhor relacionamento, já que a imigração japonesa, consolidada na cidade antes da migração boliviana, não evocava o preconceito relacionado à raiz indígena frequentemente associada ao imigrante boliviano (Simai e Beninger, 2011; Silva, 1997). A abertura cognitiva necessária para que o grupo inserisse a estranheza e a recobrisse de significado – um momento de angústia no processo relacional – já havia sido realizada para um grupo específico que, por características fenotípicas, foi associado à Carla Lipa. Nesse contexto, mais uma vez, inclusão e exclusão são percebidas como lados de um mesmo fenômeno; prismas opostos que refletem o mesmo processo.

Outro aspecto relatado é a exclusão socioespacial, presente na própria configuração da cidade, e que não se limita à experiência de migrantes internacionais, estando profundamente associada à posse ou não de capital. Antonio Andrade (entrevistado em 2012), por exemplo, ao ter acesso à educação de qualidade, não precisar se preocupar com a busca por sustento e se relacionar com um círculo privilegiado da cidade de São Paulo, relata sucesso em sua trajetória como publicitário. Essa posição o distancia das demais entrevistas analisadas:

Até agora eu não consigo me integrar a eles, eu acho que [eles] não existe[m], porque eu vivo em regiões onde não tem bolivianos, eu já saí da estação da Luz, estou morando em Pinheiros, Perdizes, sempre aqueles ambientes [distantes] e não tinha bolivianos lá.

A inclusão de Antonio Andrade (entrevistado em 2012) destaca, por contraste, a exclusão vivenciada pela maioria da população boliviana. Sua experiência contrasta com outros relatos selecionados, que evidenciam uma forma de exclusão fundamentada no difícil acesso à moradia:

Eles [brasileiros] alugam casa por uns valores muito mais altos quando vieram, porque a galera não tem documento, não tinha visto, não tinha documento nenhum (Patrícia Torrez, entrevistada em 2016).

Dificultar o acesso à moradia constitui uma forma de exclusão, pois limita a possibilidade de ascensão social, bem-estar, educação e trabalho. Esse tipo de exclusão, quando justificado pelo argumento de que o sujeito ainda não possui

documentos, revela uma outra barreira significativa: o acesso à documentação. Sem essa etapa essencial, o migrante internacional, independentemente de sua nacionalidade, fica à mercê da sorte e da boa vontade daqueles que já possuem o deferimento do Estado para permanecer, sejam migrantes ou não.

A dificuldade no acesso à documentação é um ponto unânime nos relatos selecionados, evidenciando sua importância. Não é possível viver plenamente sem a autorização estatal para a permanência, o que impossibilita – e exclui – o acesso a direitos fundamentais.

A cidadania, nesse contexto, deve ser compreendida como o exercício pleno de direitos e privilégios na cidade (Gaille-Nikodimov, 2011). Não se limita à posse de documentos formais; ela exige visibilidade política e o direito ao exercício democrático, como votar e ser votado. O voto, entretanto, surge como mais uma barreira ao pleno exercício dos direitos democráticos. É por meio do voto – e da possibilidade de ser eleito – que se pode garantir a representação política da comunidade, permitindo o desenvolvimento de políticas públicas que atendam aos interesses do grupo marginalizado, como destaca Mônica Ulo:

Tristemente nós somos imigrantes, mas não *tenemos* os mesmos direitos que os demais, e se a gente não tem esse direito ao voto e de ser votado, a gente não consegue fazer nada nessa vida, tristemente (Mônica Ulo, entrevistada em 2014)

A Zona de Hospitalidade é concebida como um espaço desenvolvido para conter, controlar e vigiar o hóspede. Trata-se de um ambiente construído para impedir que a desorganização alcance a ipseidade do grupo – o *espaço de intimidade* –, protegendo-o de qualquer perturbação ou modificação. A inclusão, ainda que tímida, manifesta-se nas trocas realizadas a partir dessa margem, dessa zona de hospitalidade. Essas trocas podem ocorrer por meio de ajuda recebida ou pela inserção em espaços que, embora periféricos, impedem que as experiências sejam ainda mais adversas, com marcas ainda mais profundas.

Acolher pressupõe ser dono, senhor do espaço ocupado, o que permite a autorização da entrada do outro. Receber ou dar acolhimento implica compreender onde o sujeito que fala percebe estar inserido: se como membro ou como excluído. Nesse sentido, as poucas menções a experiências de acolhimento nos relatos analisados revelam, de maneira explícita, como os indivíduos entendem e definem o seu espaço dentro dessa dinâmica.

Os relatos destacados a seguir são representativos de diferentes percepções sobre o acolhimento. Enquanto Jaime Brites (entrevistado em 2012) chega a São

Paulo em busca de melhores condições de vida, Antonio Andrade (entrevistado em 2012), como mencionado anteriormente, vem para estudar, com suas necessidades supridas pela mãe, empresária. Ambos se dirigem ao centro da cidade ao chegar, mas possuem perspectivas antagônicas sobre esse processo.

Jaime Brites relata sentir medo de sair sozinho pela capital paulista e aponta que sua conexão inicial com a sociedade de recepção se deu principalmente por meio de outros migrantes, tanto internacionais quanto internos, como os nordestinos. Antonio Andrade, por outro lado, descreve esse momento como uma aventura, mais uma em sua trajetória, evidenciando a diferença em suas experiências e percepções sobre o acolhimento.

[...] conheci muitos nordestinos, que era talvez, era a forma mais simples de você, como estrangeiro, é... é, quebrar fronte... fronteira, entendeu? (Jaime Brites, entrevistado em 2012).

Seria muito difícil pra mim, por exemplo, alguém da classe média que... que... que possa, por exemplo, aceitar a gente, entendeu? (Jaime Brites, entrevistado em 2012).

Então, a minha relação com a sociedade brasileira, boliviana, é total, eu consigo estar em todos os ambientes (Antonio Andrade, entrevistado em 2012).

Enquanto o relato de Jaime Brites aponta para um “a gente” oprimido, sem acesso a uma determinada camada – a classe média –, Antonio Andrade demonstra uma percepção distinta, posicionando-se mais próximo tanto da comunidade brasileira quanto da migrante boliviana, o que reforça sua posição privilegiada. Esse distanciamento é perceptível em outros momentos, revelando a forma como o sujeito se localiza, através de seu discurso, em relação ao centro hegemônico, destacando as diferenças baseadas no recorte social em que está inserido (Nicolau Netto, 2017).

Antonio Andrade se afasta da “comunidade boliviana” ao não compartilhar as dificuldades frequentemente relatadas por outros entrevistados: ele não enfrentou obstáculos relacionados ao trabalho, acesso à educação, moradia ou documentação. Contudo, ele também não se reconhece como parte integrante da comunidade brasileira, permanecendo em uma posição intermediária:

Se você fala para o brasileiro: “Olha, eu gosto de você, eu sou legal e eu quero trabalhar”, o brasileiro te entende e te acolhe. Agora se você chega e não sabe

falar, não consegue se dar a conhecer, é um pouco difícil que ele te aceite de primeira, entendeu? (Antonio Andrade, entrevistado em 2012).

A incapacidade de “se dar a conhecer” ou de provar-se como um bom hóspede, um estrangeiro amigo, constitui um empecilho para o acolhimento e para o entendimento do brasileiro. Mesmo quando Antonio Andrade (2012) relata uma situação em que destaca a sociedade brasileira como acolhedora e chega a culpar aquele que não se deixa conhecer por sua exclusão, sua fala revela sua condição de não-membro. Andrade se posiciona como alguém que demonstrou ser amigo e que cumpriu os requisitos necessários para ser acolhido. Contudo, o enfoque de sua fala no final do processo – o acolhimento – invisibiliza o momento crítico em que a fronteira é cruzada, quando o sujeito deve se adequar às leis não escritas daquele lugar para que, só então, possa ser acolhido.

Entretanto, o inverso também se verifica: quando o sujeito, não pertencendo à comunidade brasileira, se organiza em torno de seu próprio grupo – a comunidade boliviana –, de onde pode falar e, inclusive, acolher o estranho:

[...] inclui os dois [entre amigos e frequentadores da feira na Rua Coimbra], brasileiro e boliviano, também tanto tempo que a gente morou aqui então já temos uma integração, não é mais só restrito a bolivianos (Ronald Soto, entrevistado em 2020).

O grupo boliviano também pode acolher o brasileiro em seu espaço, como destacado por Ronald Soto (entrevistado em 2020), que fala em integração resultante desse acolhimento e dessa troca. Embora o espaço permaneça predominantemente boliviano – como na feira, voltada ao comércio entre bolivianos e com produtos característicos daquele país –, o comércio amplia as possibilidades de interação ao abrir-se para o outro, o brasileiro, que agora circula por esse espaço compartilhado.

Nesse contexto, surge um novo espaço na margem do grupo inicialmente hegemônico. O hóspede faz uma reivindicação silenciosa e fantasmagórica: ele está dentro da casa, e sua presença se manifesta, tornando-se impossível ignorá-lo.

Porque o grupo [de músicas folclóricas bolivianas fundado por ele] está integrado assim, não visa somente boliviano. Para participar, pode ser brasileiro, uruguaio... depois que nosso grupo nasceu, o nosso trabalho era executar músicas em seu estado mais natural, se possível, com instrumentos típicos (José Yujra, entrevistado em 2007).

Com a formação do grupo folclórico boliviano, a lógica da hospitalidade se inverte: agora, é o brasileiro – que antes desempenhava o papel de anfitrião – quem precisa se adequar para participar. Mesmo sendo parte de uma estratégia de resistência cultural e de fortalecimento da identidade grupal (Silva, 2012), as associações folclóricas também integram a comunidade discursiva boliviana, preservando seus símbolos e signos. Nesse espaço, o brasileiro, que em outro contexto seria o anfitrião, assume a posição de hóspede. A lei da reciprocidade (Camargo, 2021) se manifesta, movimentando novamente o ciclo da hospitalidade.

5. Considerações finais

Essa perspectiva política da hospitalidade, que destaca o condicionamento do sujeito para ser acolhido pelo grupo anfitrião e delimita um espaço no qual o hóspede é contido, potencializa uma discussão crítica sobre o verdadeiro sentido da hospitalidade em prática: o gerenciamento da estranheza e do contato com o outro. As atitudes tomadas em relação ao recém-chegado – que muitas vezes não é tão recente assim – parecem buscar condicioná-lo a um lugar previamente determinado, que nem sempre é físico ou material, mas simbólico.

O teatro encenado entre anfitrião e hóspede assume o papel de teste, de provação. A problemática, contudo, é que não se pode ser eternamente provado; tampouco é possível ser eternamente estrangeiro, estando simultaneamente longe e perto, sendo ao mesmo tempo amigo e inimigo.

O binômio inclusão-exclusão também se evidencia de forma material nos relatos de bolivianos na cidade de São Paulo. As experiências vivenciadas por essa população migrante internacional são compreendidas a partir das trajetórias de vida de cada entrevistado/a, que identificam episódios específicos como representativos de inclusão ou exclusão. Esses relatos destacam a localização do sujeito no interior do discurso que ele adota, seja ao confrontar um *status quo* estabelecido, o padrão hegemônico, ou ao se perceber mais ou menos inserido nesse padrão.

Em algumas falas, observa-se como a relação de distanciamento se manifesta quando o sujeito não se sente inserido nem na comunidade boliviana nem na comunidade brasileira. Essa condição explicita uma vivência num “não-lugar”, situado entre os outros e o grupo instituído, anfitrião. Ainda assim, a exclusão emerge como uma constante que permeia todas as trajetórias analisadas nesta pesquisa, revelando-se como um elemento transversal às experiências relatadas.

A experiência de exclusão no processo de acolhimento de migrantes provenientes de países periféricos do Sul Global é construída à medida que as relações são organizadas com base na localização do sujeito no discurso. Ao mesmo tempo, o migrante se percebe incluído – ainda que por meio de uma perversão da inclusão – na rede discursiva da comunidade.

Relatos como o de Carla Lipa (de 2015), que narra sua experiência escolar como boliviana sendo identificada como japonesa, ilustram essa dinâmica. Esse exemplo evidencia como o processo de incluir o diferente na rede discursiva da comunidade ocorre na medida em que o estranho, percebido como elemento de desarranjo para a organização interna da comunidade, é absorvido no discurso a partir da linguagem e dos significados próprios desta. Ao fazê-lo, a comunidade busca eliminar a estranheza do hóspede, definindo-o e nomeando-o dentro de seus próprios termos.

Referências

- ACERVO de História Oral da Biblioteca Online do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Sem Data. Disponível em: <https://museudaimigracao.bnweb.org/bnportal/pt-BR/search?exp=Hist%C3%B3ria%20Oral&filter=%7B%22exp%22:%5B%22%5C%22DVD%5C%22%2Ftip0%22%5D%7D>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ANTELO, Eduardo. *Políticas de Estabilización y de reformas estructurales en Bolivia a partir de 1985*. La Paz, Departamento de Economía, Universidad Católica Boliviana (Série Reformas Económicas), 2000.
- AYRESS, Lioness. Thematic coding and analysis. In: GIVEN, Lisa. (Org.). *The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Los Angeles, Sage Publications, 2008, pp. 868-869. Disponível em: <http://www.yanchukvladimir.com/docs/Library/Sage%20Encyclopedia%20of%20Qualitative%20Research%20Methods-%202008.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.
- BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século XX. *Revista São Paulo em Perspectiva*. v. 19, n. 3, 2005, pp. 84-96. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/kBcywBrSdhBNRY96Snq5MpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 2016.
- BASTOS, Sênia. Os bairros imigrantes na Cidade de São Paulo na década de 1930. In: BAENINGER, Rosana e DEDECCA, Claudio. (Orgs.). *Processos migratórios no Estado de São Paulo*. Campinas, Nepo-Unicamp, 2013, pp. 197-216.

- BAUER, Martin e AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003, pp. 9-63.
- BÉJAR, Ramón. América Latina y el consenso de Washington. *Boletín Económico de ICE*, n. 2803, 2004, n. p.
- BENVENISTE, Émile. Hospitalidade. In: BENVENISTE, Émile. (Org.). *O vocabulário das instituições indo-europeias*. São Paulo, Ed. Unicamp, 1995, pp. 87-101.
- BESSONE, Magali. Exclusão: excluídos e marginalizados. In: MONTANDON, Alain. (Org.). *O Livro da Hospitalidade*. São Paulo, Senac, 2011, pp. 1089-1102.
- BINET-MONTANDON, Christiane. Acolhida: uma construção do vínculo social. In: MONTANDON, Alain. (Org.). *O Livro da Hospitalidade*. São Paulo, Senac, 2011, pp. 1171-1184.
- BOUDOU, Benjamin. A political anthropology of Hospitality. *Revue du MAUSS*, v. 40, n. 2, 2012, pp. 267-284.
- BOUDOU, Benjamin. Ennemis, hôtes et étrangers. Enquête sur les identités politiques grecque et romaine. *Mots. Les Langages du Politique*, v. 101, 2013, pp. 127-140.
- BOUDOU, Benjamin. *Politique de l'hospitalité*. Paris, CNRS, 2017.
- CAMARGO, Luiz. As leis da Hospitalidade. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 15, n. 2, 2021, n.p. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2112/1443>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- CAMPOS, Geraldo. Entre devires e pertencimentos: a produção de subjetividade entre imigrantes bolivianos em São Paulo. Dissertação de mestrado. Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.
- CARVALHO, Adalberto Dias. Hospitalidade: do conceito à prática antropológica. In: SANTOS, Marcia e BAPTISTA, Isabel. *Laços Sociais: por uma epistemologia da hospitalidade*. Caxias do Sul, RS, Ed. UCS. 2014, pp. 179-190.
- CARVALHO, Adalberto Dias. Os novos parâmetros antropológicos da ética da hospitalidade. *Cadernos de Pedagogia Social*, v. Especial, 2015, pp. 7-16. DOI: <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2015.1958>.
- CINTRA, Lucas e BASTOS, Sênia. A interface entre hospitalidade e migração: uma revisão sistemática da literatura. *Ideias*, Campinas, SP, v. 14, n. 00, 2023, p. e023027. DOI: 10.20396/ideias.v14i00.8672003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8672003>. Acesso em: 11 maio 2025.
- CINTRA, Lucas. Hospitalidade a partir de uma perspectiva política: acolhimento de Imigrantes bolivianos em São Paulo. *Dissertação de mestrado*. Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi, 2024. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/770cof51-1874-4039-837b-3dbc7dd6e61e>. Acesso em: 11 maio 2025.

- CUNHA, André. Reflexões sobre a crise boliviana. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, v. 32, n. 3, 2004, pp. 5-30. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/419>. Acesso em: 11 maio 2025.
- CYMBALISTA, Renato e XAVIER, Iara. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos da Metrópole*, n. 17, 2007, pp. 119-133. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8767>. Acesso em: 11 maio 2025.
- DARTIGUENAVE, Jean-Yves. Le soubassement anthropologique de l'accueil. *Pensée plurielle*, n. 54, 2021, pp. 27-32. DOI: <https://doi.org/10.3917/pp.054.0027>. Acesso em: 11 maio 2025.
- FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- FRANCO, Maria Laura. *Análise de Conteúdo*. Brasília, Liber Livro, 2005.
- FREITAS, Patrícia Tavares. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção – em busca de um paradigma analítico alternativo. In: BAENINGER, Rosana. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas, Nepo-Unicamp, 2012, pp. 155-178.
- GAILLE-NIKODIMOV, Marie. Direito de cidadania: o conflito do direito e das leis não escritas. In: MONTANDON, Alain. (Org.). *O Livro da Hospitalidade*. São Paulo, Senac, 2011, pp. 1025-1038.
- GALLORO, Piero. La mise en spectacle des réfugiés ou la figure des nouveaux monstres. *Pensée plurielle*, n. 42, v. 2, 2016, pp. 11-22. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/pp.042.0011>. Acesso em: 13 maio 2025.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 2010.
- GRASSI, Marie-Claire. Hospitalidade: transpor a soleira. In: MONTANDON, Alain. (Org.). *O Livro da Hospitalidade*. São Paulo, Senac, 2011a, pp. 55-62.
- GRASSI, Marie-Claire. Hóspede: uma figura da ambiguidade e do estranho. In: MONTANDON, A. (Org.). *O Livro da Hospitalidade*. São Paulo, Senac, 2011b, pp. 63-72.
- JANNER-RAIMONDI, Martine. Penser l'accueil: de la diversité à l'altérité, place de l'éthicopolitique pour construire du commun. *Le Sujet dans la Cité*, n. 7, 2016, pp. 41-52.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires, FCEA, 2005.
- MAMIGONIAN, Adriano. O processo de industrialização em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 50, 1976, pp. 83-102. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1123>. Acesso em: 11 maio 2025.
- MANZI, Joachim e TUDOIRE-SURLAPIERRE, Frédérique. O estrangeiro: o desconhecido que bate à minha porta. In: MONTANDON, Alain. (Org.). *O Livro da Hospitalidade*. São Paulo, Senac, 2011, pp. 765-804.

- MONTANDON, Alain. *O Livro da Hospitalidade*. São Paulo, Senac, 2011.
- NICOLAU NETTO, Michel. A diferença do Discurso da Diversidade. *Revista Contemporânea*, v. 7, n. 1, 2017, pp. 39-61.
- NÓBREGA, Ricardo. Migraciones y modernidad brasileña: italianos, nordestinos y bolivianos en San Pablo. In: NOVICK, Susana. (Org.). *Las migraciones en América Latina. Políticas, culturas y estrategias*. Buenos Aires, Catálogos, 2008, pp. 113-130. Disponível em: http://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar:8080/bitstream/CLACSO/816/3/novick_migraal.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.
- OLIVEIRA, Denize. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. *Revista de Enfermagem*, v. 16, n. 4, 2008, pp. 569-576. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-16162>. Acesso em: 11 maio 2025.
- PASTRELO, Eduardo; ROGGERO, Marília; ROSSETO, Rossella e VANETTI, Vitor. Informes Urbanos. *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano*, n. 41, 2019, n.p. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/41_IU_IMIGRANTES_final.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.
- PITT-RIVERS, Julian. The Law of Hospitality. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 2, n. 1, 2012, pp. 501-517. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau.2.1.022>. Acesso em: 11 maio 2025.
- PUAUD, David. De quoi l'inclusion est-elle le nom?. *Pensée Plurielle*, n. 49, 2019, pp. 25-36.
- RAFFESTIN, Claude. Réinventer l'hospitalité. *Communications*, v. 65, 1997, pp. 165-175.
- RANGEL, Rubí e GARMENDIA, Ernesto. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. *Política y Cultura*, n. 37, 2012, pp. 35-64. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/polcul/n37/n37a3.pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.
- ROTHER, Edna. Revisão Sistemática versus Revisão Narrativa. Editorial. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, 2007, n.p.
- SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader *et al.* (Orgs.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Vozes, 2001. pp. 97-118.
- SESMIGRA, Sistema de Registro Nacional Migratório. 2024. Disponível em <https://servicos.dpf.gov.br/dadosabertos/SISMIGRA/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- SILVA, Sidney. *Costurando sonhos*: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo. São Paulo, Paulinas, 1997. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001180517>. Acesso em: 11 maio 2025.
- SILVA, Sidney. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Revista de Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, 2006, pp. 157-170.

- SILVA, Sidney. Bolivianos em São Paulo: dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, Rosana. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas, Neponicamp, 2012, pp. 19-34.
- SIMAI, Szilvia. e BAENINGER, Rosana. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. *Revista Travessia*, n. 68, 2011, pp. 49-62. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/498>. Acesso em: 11 maio 2025.
- SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1985, pp. 182-188.
- VIANA, Jéssica e ARAÚJO, Maria do Socorro. Os bolivianos na fronteira oeste Brasil/Bolívia: o discurso jornalístico na mídia eletrônica de Cáceres no tempo presente. *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, v. 12, n. 2, 2019, pp. 56-66. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/4110>. Acesso em: 11 maio 2025.
- XAVIER, Iara. *Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo*. *Dissertação de mestrado*. Demografia, Unicamp, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/771351>. Acesso em: 11 maio 2025.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007. pp. 7-72.

Data de recebimento: 14 de agosto de 2024

Data de aceite: 11 de abril de 2025

Como citar este artigo:

- CINTRA, Lucas Araujo de Oliveira; BASTOS, Sênia Regina. Acolhimento de migrantes internacionais: Hospitalidade e a dinâmica de inclusão e exclusão de bolivianos em São Paulo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-27, e151357, 2025. Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1357>